



# Um ano do Código Florestal: tudo dito, nada feito

» ANDRÉ LIMA

Advogado, assessor especial de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), mestre em políticas públicas e gestão ambiental

» PAULO MOUTINHO

Biólogo, doutor em ecologia e diretor executivo do Ipam

A poucos dias do aniversário de um ano da aprovação do novo Código Florestal, muita coisa foi dita, mas pouco foi feito. A Lei Federal nº 12.651 (de 26 de maio de 2012) ainda não disse a que veio. Parece que bastou a anistia do passivo ambiental de aproximadamente 40 milhões de hectares de cerrados e florestas desmatadas ilegalmente antes de julho de 2008. Os alardeados avanços do novo Código ainda estão com processos de regulamentação e implementação completamente emperrados.

O que temos até agora é o Decreto Federal nº 7.830/12, genérico, que não tem o condão de nortear os Programas de Regularização Ambiental (PRA) que os estados devem desenvolver para regularizar, na prática, as propriedades rurais. Os PRAs devem indicar, com fundamentação técnica, onde serão consolidadas as ocupações ou onde deverão ser recuperadas as áreas ilegalmente desmatadas. Devem também indicar as bacias hidrográficas críticas nas quais a recomposição de áreas de preservação permanente deverá ocorrer segundo parâmetros técnicos mais rigorosos do que os previstos na lei. Devem, ainda, indicar a localização das áreas críticas para recomposição e conservação florestal para fins de compensação de reserva legal. Um ano se passou e nenhum PRA, até agora, foi aprovado no país.

Embora tenha sido um dos elementos mais comemorados pelos parlamentares da base do governo, não há ainda nenhum incentivo econômico concreto (previstos no artigo 41 do Código) ou movimento real iniciado para tanto. A falta de movimento afeta também a implementação do mercado nacional de redução de emissões de CO<sub>2</sub>, previsto em lei desde dezembro de 2009. Tal mercado poderia direcionar investimentos para conservação ou recuperação de florestas, já que o desmatamento, apesar da



redução expressiva de suas taxas na Amazônia, ainda é responsável pela maior parte das emissões de carbono brasileiras.

A falta de ação parece também ser seguida pela falta de vontade para com o diálogo público e transparente. Tanto é assim que o Ministério de Meio Ambiente recusou a proposta feita em novembro de 2012 pelo Instituto O Direito por um Planeta Verde e pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) para a criação de um grupo assessor, no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), para acompanhamento e avaliação da implementação da nova lei.

Em contrapartida, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) propôs a criação de um comitê, fora do Conama, para monitoramento da implementação da nova lei florestal, supostamente com a participação da sociedade. Até o momento, tal comitê não foi criado, não se sabe qual a sua composição, como serão indicados seus membros, enfim

não há previsão para que isso aconteça. Não se trata mais de questionar o que foi aprovado, mas de buscar a melhor maneira de implementar, sem mais retrocessos, o que foi aprovado há um ano pelo Congresso.

Atentas a esse processo, algumas organizações da sociedade — entre elas, Ipam, Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Centro de Vida (ICV), Conservação Internacional (CI), Fundo Mundial para a Natureza (WWF), The Nature Conservancy (TNC) e S.O.S. Mata Atlântica — lançaram este mês, no Congresso Nacional, o Observatório do Código Florestal. O propósito da iniciativa é promover seminários, audiências públicas, reuniões técnicas, debates e avaliações independentes e multi-institucionais sobre os melhores caminhos e meios para uma boa e transparente implementação do Código.

Espera-se que esse esforço encontre abrigo nos espaços institucionais existentes, em especial no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores, nos conselhos de meio ambiente e conte com o apoio dos órgãos ambientais, inclusive do Ministério do Meio Ambiente.

Pretende-se, assim, contribuir com a implementação da nova lei, impulsionando o Cadastro Ambiental Rural dentro de parâmetros de transparência e eficácia aceitáveis e tornando os anunciados incentivos econômicos, para aqueles que vêm cumprindo a lei e continuam protegendo seus ativos florestais, uma realidade no menor espaço de tempo possível.

Sem colocar o Código em operação já, não será de estranhar que, mais à frente, uma “atualização” na consolidação de áreas rurais desmatadas ilegalmente (leia-se, mais anistia) após julho de 2008 seja requerida por aqueles que lutaram para obter tal benefício na atual lei.



**ARI CUNHA**

DESDE 1960

**VISTO, LIDO E OUVIDO**

aricunha@dabr.com.br  
com Circe Cunha // circecunha.dfgabr.com.br

## Morte de grande dama

A morte de dona Lycia Almeida Gomes e Sousa, viúva do engenheiro Moacir Gomes e Souza, teve missa de corpo presente celebrada no Cemitério Campo da Esperança, assistida por amigos e auxiliares. Senhora de postura, educação e cordialidade, dona Lycia foi incentivo ao marido, auxiliar direto do presidente Juscelino Kubitschek. Na Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes, Israel Pinheiro renunciou à presidência da Comissão de Finanças, a mais importante do Congresso. Foi então convidado pelo presidente JK para dirigir a construção de Brasília. Com autoridade máxima, assumiu o cargo. Depois foi convidado para a função de diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, recém-inaugurado no novo Distrito Federal. Ali confirmou sua dedicação. Dr. Moacir Gomes e Sousa ocupava a residência dos diretores da Novacap. Seus filhos, ainda pequenos, acordavam cedo para ver quantos carros caíam de madrugada na curva sem estrutura funcional depois da Cidade Livre, a caminho do Plano Piloto. Estávamos numa época em que se construía o Plano Piloto. Exemplo para o êxito da construção da cidade em tempo rápido, superando problemas. Quem era criança naquela época, com o mesmo penhor de dignidade e educação firmes, não deixou desaparecerem a querência e o respeito à honra dos pais, com formação de família respeitada por todos. Dona Lycia foi o alicerce.

### » A frase que foi pronunciada

“Solidão é uma saudade de ver o dentro povoado.”

Lou Bertoni

### Leitor

» Release à imprensa emitido pela CEB dá o balanço de que em 2013, até 30 de abril, foram retiradas, aproximadamente, 16.500 ligações irregulares no DF. As áreas com o maior número de ligações desse tipo são as Regiões Administrativas (Ras) de Taguatinga, Ceilândia e Planaltina. Não citou o terreno inventariado no Setor de Mansões do Lago Norte (SMLN), Quadra 08, Conjunto 01.

### Bancos

» Especialista em mercado financeiro, José Luiz Rodrigues diz que a situação é confortável para quem quer ser banqueiro no país. Ele defende que os banqueiros assumam mais riscos para realizar a intermediação financeira. Vale conferir o portal [www.noticiasenegocios.com.br](http://www.noticiasenegocios.com.br)

### Missa

» Movimento dos Interessados em Sacudir a sua Alma. É um novo encontro entre a mocidade da capital. A iniciativa carioca chega à cidade, cativando pela alegria e boa programação. Tem incomodado algumas pessoas pela mistura de símbolos religiosos e balada.

### Entrevista

» Falta muito para o Aeroporto de Brasília ser destaque em eficiência. Filas intermináveis, preços da alimentação e do estacionamento elevados, e por aí vai. Passageiros entrevistados por lá que o disseram.

### Sem solução

» UnB continua com os arredores sem a menor

segurança. Casos de roubo, estupro, assalto a carros e sequestro relâmpago acontecem a todo momento. Apenas o carro da segurança circula por uma área que abrange mais de 10 superquadras.

### Tudo

» Depois de tantas críticas, vale o registro dos elogios. No primeiro jogo no Mané Garrincha, ninguém falou em que se transformará o estádio depois dos jogos mundiais. Todos ficaram encantados com tudo no lugar. Até o vermelho das cadeiras virou detalhe.

### Adotar

» Mais gratificante do que se pode imaginar é ir à Zoonose adotar um cachorrinho vira-lata. Os funcionários são atenciosos, conhecem a história dos bichos e ajudam na escolha. Boa experiência.

### Imperdível

» Marque na agenda com antecedência suficiente. Moema Craveiro Campos e o embaixador Lauro Moreira vão se apresentar em 8 de junho, às 20h, no Teatro São Joaquim, em Goiás, terra de Cora Coralina. Trata-se de um recital em que a geografia e a poesia do Brasil levarão a plateia a uma viagem no tempo e no espaço. Apoiam o evento a Prefeitura e a Secretaria de Cultura de Goiás, além do Instituto Bertran Fleury.

### Celeuma

» Dispensar médicos de Portugal e Espanha da prova de habilidade. O Conselho Federal de Medicina é contra. Precisamos de bons médicos. Ou não?

### » História de Brasília

A madrugada de Brasília está se formando com gente boa, simples, boêmia, de bom papo. Com gente de poesia na conversa, sentimentalismo no violão, gente de história simples, gente humana. (Publicado em 18/6/1961)

## Afif: o novo ornitorrinco da política

» MARTINIANO BORGES

Cientista político e diretor do Instituto Brasileiro de Transformação pela Educação (IBTE)

» JULIANO MELO

Linguista e diretor do IBTE

A política brasileira é famosa, entre tantas coisas, por suas aberrações. O caso que envolve Guilherme Afif Domingos, vice-governador de São Paulo e, concomitantemente, ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa do governo federal, é estardaloso. Idiosincrasia de tal magnitude só encontra relação no mundo natural na figura singular do ornitorrinco.

O anfíbio que mistura calda de castor com bico de pato é fruto da evolução da espécie; o outro, pelo contrário, representa o mais inescrupuloso fisiologismo oportunista e antiético.

Causa estranheza o clima de normalidade com que a opinião pública e, especialmente, os partidos de oposição ao governo federal lidam com a imoralidade política personificada em Afif Domingos, do PSD. O silêncio bestializado da oposição já transforma-se em cumplicidade, de modo que até o PSDB é considerado partido incorporado pela hegemonia petista.

É amplamente conhecida a inovação pretendida pelo ideólogo e presidente da organização pesedista. Como sabemos, o partido de Gilberto Kassab e Afif, bizarramente, não seria de direita nem de esquerda, muito menos de centro. Desde o início, um partido de todas as partes.

O caráter político de setores do PSD foi

revelado ainda nas eleições para a Prefeitura de São Paulo. Enquanto o partido apoiava José Serra durante a disputa, bastou Fernando Haddad vencer o pleito para que, no dia seguinte, Kassab declarasse apoio ao novo governo do petista. Vergonha? É para os fracos.

O pouco que foi feito refere-se apenas à questão constitucional, ou seja, discute-se se há alguma ilegalidade no fato de um vice-governador estadual acumular função na esfera federal. O próprio ministro vice-governador afirma que só deixará um dos cargos após decisão judicial. Alckmin, por sua vez, aguarda todos os pareceres possíveis para se pronunciar.

Entretanto, no campo da política, um debate meramente jurídico lança uma cortina de fumaça que pode empobrecer e encobrir a questão principal da política, a ética que move as escolhas. Nem tudo o que é legal diante da lei é legítimo pelo crivo da ética.

Um político não é eleito apenas porque é bom cumpridor das leis. Isso é o mínimo que se espera. Uma obrigação. Um político é eleito por causa de seus objetivos, ideais e finalidades; logo, as escolhas que faz revelam seu caráter político e seu compromisso com o eleitorado.

Diferente dos ideólogos que pregam a irrelevância do cargo de vice, chegando a propor sua extinção, é necessário lembrar que o papel institucional do substituto do chefe de

Estado é a garantia de que determinado projeto político defendido por uma coligação partidária, vencedora da eleição, possa continuar, mesmo que enfrente a impossibilidade de exercício do seu titular.

No caso específico, o projeto que em 2010 venceu a disputa pelo governo de São Paulo contava com uma coligação que agregou os votos de eleitores que se opunham à proposta petista.

Dessa forma, hipoteticamente, caso o governador Geraldo Alckmin fosse, por algum motivo, impedido de exercer sua incumbência, em seu lugar assumiria um vice que hoje é aliado ao governo federal que, do ponto de vista do projeto político e da visão de mundo, representa o exato contrário à escolha feita pela maioria dos eleitores paulistas.

O político ornitorrinco, que não é isso nem aquilo, no fundo, advoga o embaralhamento entre o Estado republicano e patrimonial, entre o público e o privado. Velho disfarce para escamotear a opção do político que não tem valor, apenas um preço.

O maior acinte da vida política é quando um homem público aposta na desinformação e no esquecimento de seu próprio eleitor. Finalmente, que o vice-governador de São Paulo faça um favor àqueles que, esperançosamente, ainda cultivam os valores da retórica republicana e tenha a hombridade de renunciar.